

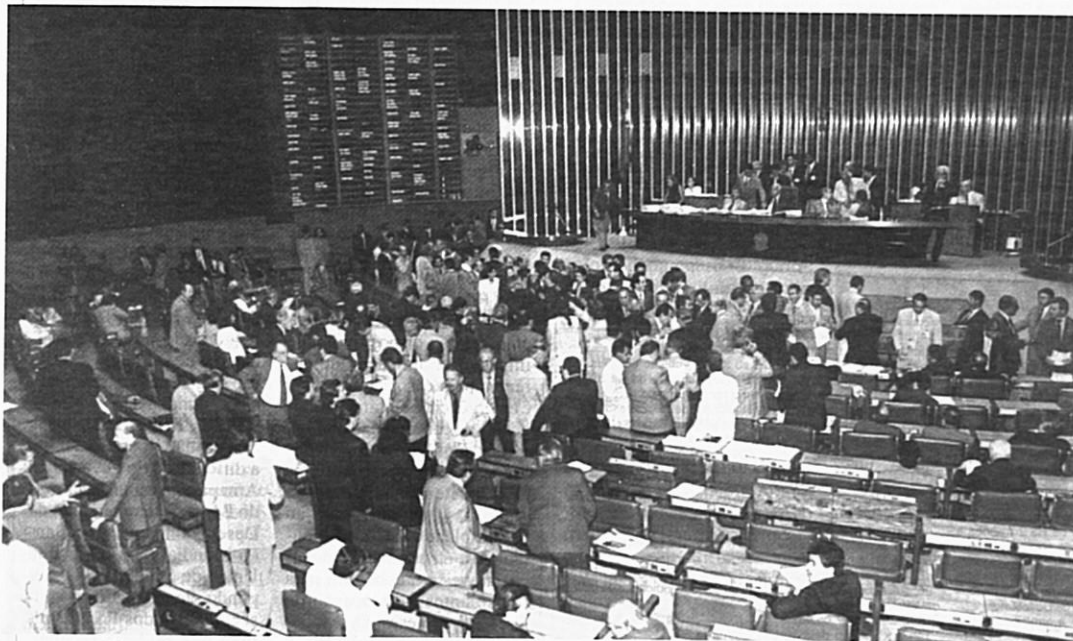
JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 682 - Brasília, terça-feira, 5 de maio de 1998

Congresso vota hoje MPs ligadas à reforma do Estado

A aprovação das medidas provisórias vem sendo apontada pelos líderes como condição para a promulgação da emenda constitucional da reforma administrativa, cuja redação final deverá ser apreciada nesta semana pelo Senado



Três das medidas provisórias em pauta na sessão do Congresso Nacional, marcada para as 19 horas, vencem na quinta-feira

O Congresso Nacional deve votar hoje 12 medidas provisórias que tratam da reorganização do Estado. A aprovação dessas medidas vem sendo apontada por líderes partidários como condição para a promulgação da emenda constitucional da reforma administrativa, cuja redação final será apreciada nesta semana pelo plenário. Após a promulgação da reforma, o governo não poderá reeditar as medidas provisórias. Entre as MPs que se encontram em pauta, três deixam de valer na quinta-feira. Elas tratam da criação de cargos em universidades federais, da organização da Presidência da República e dos ministérios e do plano de carreira dos servidores do Banco Central. **Página 3**

Combate à seca mobiliza o plenário

O combate aos efeitos da seca sobre a população nordestina foi o principal tema da sessão de ontem no plenário. O senador Edison Lobão sugeriu que o Exército promovesse distribuição de alimentos nas áreas afetadas. A organização da sociedade foi o caminho indicado pelo senador Leomar Quintanilha para evitar o agravamento da situação. "Não tem

cabimento que, ao final do século XX, o Brasil ainda tenha levas de irmãos padecendo de fome", lamentou. O senador Eduardo Suplicy condenou o atraso da visita à região do presidente Fernando Henrique Cardoso. A viagem, no entanto, foi apontada pelo senador José Roberto Arruda como sinal de preocupação do governo com a seca. **Páginas 4 e 5**



Lobão quer Exército em ação



Quintanilha lamenta fome



Suplicy condena atraso



Arruda elogia viagem

Legalização de cassinos em pauta na CAE

Está prevista para hoje a votação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do projeto que legaliza os cassinos. O parecer do relator, Lúcio Alcântara, é contrário à proposta. **Página 3**

Agenda da Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

12h - Kocheril Raman Narayanan, presidente da República da Índia. Sessão Nobre

15h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

19h - Sessão do Congresso Nacional

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagem ao trabalhador, por ocasião das comemorações do dia 1º de maio. Oradores inscritos: Emilia Fernandes e Sebastião Rocha

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 50/96, que revoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional e altera o art. 55 da Constituição Federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária; terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório); terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório); segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal); primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição Federal; discussão em turno único do PLS nº 273/91, que transfere ao domínio de Roraima terras pertencentes à União; "Requerimento nº 196/98, do senador Osmar Dias, solicitando audiência da CCJ sobre o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 93/93, que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que assegurem atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas; "Requerimento nº 197/98, do senador Osmar Dias, solicitando audiência da CCJ sobre o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 93/93, que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que assegurem atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas; e a ser declarado prejudicado o PLS nº 45/93, que altera a Lei nº 6.435/97, sobre entidades fechadas de previdência privada

19h - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de diversas medidas provisórias, destacando-se: "MP nº 1.649-17, que dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e das Escolas Agrícolas Federais; "MP nº 1.650-17, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil; "MP nº 1.651-42, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios; "MP nº 1.652-42, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização - GDFAF; e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voto - GDACTA; "MP nº 1.653, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 2 milhões e quinhentos mil; "MP nº 1.617-50, que dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS; "MP nº 1.618-52, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND; "MP nº 1.619-43, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa; "MP nº 1.620-36, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real; "MP nº 1.621-34, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais; e "MP nº 1.622-34, que dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções de Confiança existentes nos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem nº 114/98, que encaminha ao Senado a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 1998; PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial; "PLC nº 122, que determina a devolução nos legítimos proprietários dos valores relativos ao Fundo 157; "PLS nº 292/95, que dispõe sobre a aplicação das receitas

provenientes das privatizações; e "OFS nº 13/98, solicitação do governo de Mato Grosso sobre o contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado entre a União e o Banco do Estado de Mato Grosso S/A, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 284 milhões. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: "Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; "Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo; e "PL nº 6/98-CN, que abre ao orçamento de investimento, em favor das empresas Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petróbrás Fertilizantes S.A., crédito especial até o limite de R\$ 847 milhões; e "PL nº 9/98-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar até o limite de R\$ 45 milhões. Plenário 2 - Anexo II - Câmara dos Deputados

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: "Mensagem nº 121/98, do presidente da República submetendo à apreciação do Senado o nome de Stélio Marcos Amarante, ministro de primeira classe, do quadro permanente, da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador junto à Bolívia; "Mensagem nº 128/98, do presidente da República submetendo à apreciação do Senado nome de diplomata; "PDL nº 2/98, que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para a ampliação das instalações da embaixada do Brasil em Luanda e para a habitação dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos, celebrado entre o governo do Brasil e o governo de Angola; "PDL nº 16/98, que aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento; "PDL nº 10/98, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo; "PDL nº 13/98, que aprova o texto do protocolo de Integração Educacional para Formação de Recursos Humanos em nível de pós-graduação entre os países-membros do Mercosul; e "PDL nº 14/98, que aprova o texto do protocolo de Integração Cultural do Mercosul. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (06.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação em primeiro turno da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios referentes ao ICMS; votação em primeiro turno da PEC nº 28/96, que altera a redação do art. 6º da Constituição Federal; votação em primeiro turno da PEC nº 48/96, que altera o art. 57 da Constituição Federal (recesso parlamentar); quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório); quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório); terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal); segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição Federal; e "Mensagens nº 102/98 e nº 113/98, que submetem à deliberação do Senado indicação de diplomatas

Quinta-feira (07.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a comemorar os 250 anos do estado de Mato Grosso. Orador inscrito: Júlio Campos

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório); quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório); quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal); terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição Federal; e discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 33/98, que autoriza o Paraná a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFTPR, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998

Rocha espera acordo sobre planos de saúde

A presença do ministro da Saúde, José Serra, em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, trouxe maiores possibilidades para um acordo que culmine com a aprovação da regulamentação dos planos e seguros de saúde. A constatação é do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator do projeto, que apresentou ao representante do governo na CAS, senador Romero Jucá (PFL-RR), proposta de entendimento sobre a matéria.



Rocha quer entendimento

- O ministro prestou importantes esclarecimentos à comissão e manifestou com clareza qual é o pensamento do governo sobre o assunto. Aproveite para apresentar quatro pontos que considero fundamentais para a implantação de uma legislação mais justa e a partir dos quais podemos chegar a um acordo - afirmou Rocha.

O relator considera imprescindíveis os dispositivos que impedem a aplicação de carência para casos de urgência e emergência e eliminam a exigência de contribuição mínima de dez anos para que os maiores de 60 anos sejam eximidos de reajuste por faixa etária. Além disso, defende a adoção de um plano básico que contemple o atendimento a doenças graves e a cobertura para transplantes e colocação de órteses e próteses. O senador aceita alterar o seu relatório, a ser apresentado na quarta-feira, caso haja apoio da banca governista a esses pontos.

Sebastião Rocha está otimista quanto à possibilidade de acordo na comissão. Ele lembrou que já houve consenso para alteração de alguns aspectos do substitutivo da Câmara dos Deputados, o que garante aos consumidores o acesso a tratamentos como

quimioterapia e hemodiálise.

- Meu relatório só será alterado caso haja acordo em relação a esses pontos básicos. A proposta foi levada ao senador Romero Jucá, que a encaminhará ao governo. Ainda não houve retorno, mas existe um clima de acordo sobre o assunto - avaliou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o trabalho de Sebastião Rocha na relatoria do projeto, ressaltando a necessidade de adoção de garantias básicas para o consumidor.

RECURSOS DO SUS

Sebastião Rocha lamentou a dificuldade do governo do Amapá em captar recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial para o Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ele, o estado só conseguiu 13% dos R\$ 1,2 milhão que poderia receber, caso obtivesse a aprovação desses organismos a projetos de melhoria do SUS. Para o senador, os recursos são muito importantes para o Amapá, principalmente se analisados os indicadores estaduais de saúde: "Um exemplo é a média de óbitos de doentes renais no Amapá, três vezes maior que a média nacional".

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucildo Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes

Lúdio Coelho - Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djálba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Maioria das medidas provisórias trata de assuntos relacionados com a reforma do Estado, como a criação de novos planos de carreira, extinção de empresas, redução de cargos e criação de gratificações

Congresso vota hoje à noite mais 12 MPs

O Congresso Nacional deverá votar hoje 12 medidas provisórias. A metade delas está relacionada à administração pública, selecionadas em acordo de lideranças partidárias. As outras seis, também incluídas pelos líderes, foram escolhidas entre as mais importantes que aguardam deliberação pelos parlamentares. A sessão começa às 19h.

O prazo para votação de três das 12 medidas expira em 7 de maio. Elas tratam da criação de cargos de direção nas universidades, faculdades e escolas técnicas federais (1.649-17); do plano de carreira dos servidores do Banco Central (1.650-17); e da organização da Presidência da República e dos ministérios (1.651-42).

Outra MP a ser votada é a que cria as gratificações de desempenho de fiscalização e de proteção ao voo. A MP 1.587-09 cria as gratificações de Desempenho de Função Essencial à Justiça, a Gratificação de Atividade de Informações Estratégicas, a Gratificação de Atividade Fundiária e a Gratificação Pro-

visória.

A MP sobre a concessão de medidas cautelares, pela Justiça, em processos de reforma agrária (1.632-11) também deverá ser votada hoje. Consta ainda da pauta a ser apreciada pelos parlamentares a MP que regulariza a administração e alienação de imóveis da União (1.647-15). Essa medida permitirá a venda de 3 milhões de imóveis de propriedade do governo.

A extinção de mais de 28 mil cargos é estabelecida pela MP 1.606-08, que também autoriza o

governo federal a iniciar o processo de extinção de outros 73 mil postos no serviço público. Já a MP 1.613-07 altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

Outra MP selecionada pelos líderes é a que cria o Programa Nacional de Publicização e também extingue o Laboratório Nacional de Luz Sincrotron e a Fundação Roquette Pinto. Essa MP, de número 1.648-6, cria uma nova pessoa jurídica de direito privado no Brasil, a "organização social".

Empréstimo para gasoduto na pauta de comissão

O plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se, hoje, às 15h, para apreciar, entre outras matérias, autorização solicitada pelo Executivo de abertura de crédito especial em favor da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) e Petrofertil. Os recursos, no valor total de R\$ 847,4 milhões, destinam-se à construção de terminais e dutos e serão remanejados de dotação orçamentária originalmente destinada à Petrofertil, cuja responsabilidade pela construção do gasoduto foi transferida para a TBG, mais nova integrante do Sistema Petrosbras.

O presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), também submeterá à deliberação dos parlamentares o relatório do senador Jefferson Pères (PSDB-AM) às emendas apresentadas ao projeto de decreto legislativo que aprovou, sem ressalvas, a prestação de contas do presidente relativas a 1996.

Para o relator, os trâmites regimentais não teriam sido inteiramente seguidos, mas, como o projeto já foi aprovado pelo plenário, ele indeferiu "qualquer alteração de mérito proposta nas emendas apresentadas".

Outra matéria da pauta de amanhã é a abertura de crédito suplementar em favor da rubrica "Encargos Financeiros da União", no valor de R\$ 45,3 milhões, solicitada pelo Executivo para atender dívida externa da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, assumida pela União, contrada para a construção da Usina Termelétrica de Candiota III.

Constam ainda da pauta oito requerimentos de informações do deputado Paulo Bernardo (PT-PR) e dirigidos aos ministros da Marinha, Aeronáutica e Exército, ao presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, e ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

CAE aprecia o projeto que legaliza os cassinos

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) tem extensa agenda para hoje, a partir das 10h, com 18 matérias para apreciação, entre elas as que tratam da legalização dos jogos de azar, da confecção de cédulas de dinheiro para deficientes visuais, da aplicação de receitas das privatizações e solicitações de créditos, empréstimos e financiamentos para estados. Constam da pauta também a devolução dos valores do Fundo 157 e a regulamentação das atividades de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos.

O projeto sobre legalização dos cassinos recebeu, na última reunião da CAE, voto favorável, em separado, do senador Gilberto Miranda (PFL-AM). O parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é contrário à legalização dos cassinos. O projeto já foi aprovado anteriormente pela Comissão de Constituição

e Justiça do Senado.

Também estão na agenda da CAE mensagem sobre a programação monetária relativa ao segundo trimestre deste ano; um projeto de lei dispoendo sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial e outro que trata da aplicação das receitas das privatizações.

No âmbito do Programa de Apoio, Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, a comissão vai apreciar solicitação do governo de Mato Grosso sobre contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, no valor de R\$ 284 milhões, celebrado entre a União e o Banco do Estado de Mato Grosso. Outro ofício trata da solicitação de Mato Grosso sobre proposta de aquisição, pela Caixa Econômica Federal (CEF), de débitos daquele estado junto a seis instituições financeiras, no valor de R\$ 286 milhões.

CRE discute indicação de dois embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) aprecia hoje, a partir das 17h30, mensagens presidenciais indicando novos embaixadores na Bolívia e no Senegal: o ministro de primeira classe Stélio Marcos Amarante e o ministro de segunda classe Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, respectivamente. As mensagens têm como relator o

senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Também serão apreciados vários acordos internacionais. Destacam-se entre eles o que modifica o Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, cujo relator, senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), já deu parecer favorável; e a Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo.



Antonio Carlos



Pedro Simon



Jefferson Pères

Plenário encerra discussão da emenda do plebiscito

O plenário do Senado faz hoje a última discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que convoca plebiscito, durante as eleições deste ano, para que os brasileiros digam se querem uma revisão constitucional em 1999.

A seguir, a proposta voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator, senador Jefferson Pères (PSDB-AM), dará parecer sobre quatro emendas apresentadas em plenário.

No total, o plenário do Senado aprecia esta semana oito propostas de emenda à Constituição. Duas delas, que tramitam em conjunto e estão no terceiro dia de discussão na pauta de hoje, instituem o serviço civil obrigatório. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) é o autor de uma das emendas.

Pela proposta de Antonio Carlos, todo jovem dispensado ou isento do serviço militar, inclusive mulheres, seria obrigado a prestar o serviço civil, trabalhando em assistência social, enfermagem e funções burocráticas nas unidades militares ou qualquer outro setor da

comunidade.

Para amanhã, estão marcadas as votações de três propostas de emendas constitucionais. A primeira delas, do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA), tem como objetivo acabar com a guerra fiscal entre os estados da União. Na sua proposta, o senador baiano estabelece critérios e condições para que as unidades da Federação não abusem da concessão de benefícios fiscais para que uma empresa se instale em seu território.

A inclusão da moradia entre os direitos sociais (artigo 6º da Constituição) também deve ser votada amanhã. De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), a proposta teve apoio unânime quando colocada em discussão. Para Mauro, a garantia da moradia à população brasileira é urgente, "consideradas as desprivilegiadas condições em que vivem milhares de brasileiros".

Por fim, o recesso parlamentar do Congresso Nacional, às vésperas de eleições, também pode ser modificado por PEC em votação amanhã. O senador Jefferson Pères quer evitar o chamado "recesso branco" que ocorre antes de eleições.

Senador acredita que somente mobilização de toda a sociedade pode produzir soluções que eliminem os efeitos do fenômeno no Nordeste. Ele cobra ação mais enérgica do governo

Quintanilha quer união contra seca

Indignado com a falta de medidas preventivas do governo para o que chamou de "seca anunciada", o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) conclamou ontem toda a sociedade para buscar soluções que eliminem os efeitos nefastos da seca no Nordeste. "Não tem cabimento que, no final do século XX e com os avanços tecnológicos disponíveis, o Brasil ainda tenha abrigado em seu seio levas de irmãos padecendo de fome. É preciso organizar a sociedade para acabar

com essa situação", disse o senador.

Para Leomar Quintanilha, o nordestino está encurralado e, nesta condição, é capaz de tudo. "Quem pode prever as conseqüências de um pai que vê seu filho com fome?", questionou. O senador também creditou a situação da população vítima da seca à excessiva concentração de renda e às desigualdades regionais. "As distorções estruturais são absurdas. A falta de uma política agrícola não dá condição de produzir. De

auto-suficientes em arroz, passamos a importar. Foram 1,7 milhão de toneladas no ano passado e já está prevista a importação de 2 milhões de toneladas de arroz para este ano", explicou o senador.

Quintanilha solidarizou-se com os colegas parlamentares da região Nordeste e disse esperar que, a partir do exemplo que a seca está dando, seja possível compreender que cada pessoa tem sua parcela de responsabilidade e deve fazer a sua parte.



Quintanilha: solidariedade

Teotônio elogia ação de Newton na Sudene

Apesar de ter considerado preocupante a saída do general Newton Moreira Rodrigues da superintendência da Sudene, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) elogiou o presidente Fernando Henrique Cardoso pela escolha do executivo alagoano Sérgio Moreira para ocupar o cargo.

- Ao anunciar este nome, o presidente afirma ao Nordeste e ao Brasil que a filosofia de mudanças com seriedade do general Newton continua norteando a Sudene. É uma solução doméstica, interna, realizada dentro do próprio governo, sem disputa, sem apelos e sem vaidades - comentou Teotônio.

Na análise do senador alagoano, o desempenho de Newton Rodrigues foi "brilhante", principalmente por ele ter conseguido resgatar a missão, a função institucional e a respeitabilidade da Sudene diante da opinião pública. Teotônio disse ter ficado surpreso ao saber do pedido de demissão do general.

FINOR

Newton Rodrigues foi nomeado para a superintendência da Sudene no governo Itamar Franco e mantido no posto por Fernando Henrique Cardoso. "O general cumpriu sua missão com mérito e deixa para o Brasil e para o Nordeste uma Sudene renovada, reanimada e funcionalmente acreditada pelo público", comentou o senador.

Entre as realizações de Newton Rodrigues como superintendente da Sudene, Teotônio destacou a revitalização do Finor, que teve seu orçamento ampliado de pouco mais de R\$ 204 milhões em 1993 para mais de R\$ 430 milhões em 1997.



Teotônio vê Sudene melhor

Arruda diz que FHC mostra preocupação

As viagens presidenciais ao Nordeste, iniciadas ontem com a visita de Fernando Henrique Cardoso ao estado do Ceará, demonstram, segundo afirmou o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que o governo federal está preocupado com a seca na região.

- Com a presença de Fernando Henrique em municípios pequenos, do interior nordestino, seguindo o exemplo de solidariedade dado pela sociedade brasileira, o governo vai marcar sua presença em ações emergenciais - afirmou.

O senador registrou a preocupação de FHC em modificar sua agenda para poder ir ao Nordeste, onde há cidades de 10 a 20 mil habitantes sendo abastecidas por carros-pipas.

No âmbito do Senado, Arruda sugeriu que os senadores, na discussão das peças orçamentárias para 1999, coloquem como prioridade a busca de um desenvolvimento mais equilibrado entre as diferentes situações regionais do país.

- É momento de olhar o futuro e traçar planos de ação. Não podemos mais



Arruda: marcando presença

conviver com um país de desenvolvimento desequilibrado - reiterou.

SOLIDARIEDADE

Arruda manifestou sua expectativa de que o novo presidente da Sudene consiga reunir os governadores nordestinos e as lideranças políticas locais na tomada de providências em relação à seca, de modo que "ela atinja a população de forma menos dolorida".

O senador confessou-se comovido com a solidariedade manifestada pela sociedade, principalmente entre seus estratos mais pobres. Ele revelou que, hoje, um avião da FAB segue para o Nordeste carregando 18 toneladas de alimentos doados pela população das cidades-satélites de Brasília.

Para Suplicy, presidente viaja com muito atraso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que a viagem do presidente da República ao Nordeste "é importante, mas feita com atraso, diante de suas responsabilidades como chefe de Estado". Suplicy lembrou os seguidos avisos de que a seca no Nordeste seria intensa, feitos pelos técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), da Embrapa e pela própria CPI do Senado que examinou as conseqüências do fenômeno *El Niño*.

- O governo federal estava soberbamente avisado e as conseqüências da seca são dramáticas para 10 milhões de nordestinos flagelados - insistiu.

Suplicy lembrou que, em 1994, quando esteve na região em campanha para a Presidência da República, Fernando Henrique registrou seu apoio à transposição das águas do São Francisco, mas, no governo, não promoveu as medidas necessárias para torná-la realidade.

CONSELHO

Como na campanha de 1994, acrescentou o senador, a visita de FHC ao Nordeste "foi antecipada para coincidir com a de



Suplicy: seca anunciada

Lula". A seu ver, o presidente teria aceito recomendação do governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, que teria dito que FHC "deveria estar mais próximo das agruras populares", exemplificando com os casos do incêndio em Roraima e da seca no Nordeste.

O senador, dirigindo-se ao senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, disse que a lei que instituiu o programa de renda mínima social para a educação foi aprovada há exatos 145 dias e o governo ainda não editou os atos que a regulamentam. O prazo para o Executivo regulamentar a lei, fixado nela própria, era de 60 dias, frisou.

Até o Exército, segundo senador, deveria ser usado, se necessário, para promover a rápida distribuição de alimentos aos flagelados

Lobão: governo precisa socorrer logo o Nordeste

"Que o governo use até o Exército, se necessário, mas promova a distribuição de alimentos aos nordestinos que sofrem com a seca", apelou ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA). O senador afirmou que não aceita "o imobilismo irritante" do governo, o qual "foi alertado desde o ano passado" que o Nordeste poderia enfrentar uma de suas piores secas.

- Toda vez que há uma enchente no Sul, o governo enfrenta meios e rapidez para

ajudar os atingidos. No Nordeste, mesmo sendo alertado com um ano de antecedência, a ajuda vem tarde. É contra



Lobão disse que seca estava prevista desde 97

isso que protesto, mais ainda sabendo que existem alimentos estocados pela Conab - disse o senador.

Até o Maranhão, que geralmente não costuma ser afetado pelas secas nordestinas, encontra-se em situação calamitosa, revelou Edison Lobão. Dos 227 municípios maranhenses, 136 têm problemas de falta de água e houve grandes perdas de colheita.

- A seca cíclica vem se transformando em sofrimento bíblico. Existem cerca de 10 milhões de nordestinos em áreas passíveis de secas e, logo após o anúncio de que as águas do Pacífico estavam se aquecendo acima do normal, cientistas alertaram o governo para o que poderia acontecer no Nordeste, mas nada foi feito - lamentou o senador maranhense.

Para Alcântara, educação perde com descontinuidade

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao lembrar o transecurso do Dia da Educação, ocorrido no último dia 28, disse que um dos aspectos perversos e inaceitáveis da educação brasileira sempre foi a descontinuidade, quer sob o ponto de vista de formulação de políticas, quer sob o prisma de sua implantação e gestão.

- Vale lembrar que, até muito recentemente, a média de permanência no cargo dos ministros da Educação era inferior a um ano! Pode-se dizer, com razoável probabilidade de acerto, que um fato dessa natureza configura, de maneira inofensiva, o descaso com que a educação pública foi historicamente tratada em nosso país - observou.

O senador admitiu, no entanto, que isto está mudando, lembrando que tal como ocorreu do primeiro ao último dia do governo Itamar Franco, quando o professor Murilo Hingel esteve à fren-

te da Pasta da Educação, o presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou no ministro Paulo Renato Souza "a pessoa certa para conduzir o ambicioso - e rigorosamente necessário - projeto educacional de que o país carece, espera e aplaude".

ÊXITOS RECENTES

Ao destacar os êxitos que o Brasil vem contabilizando no ensino fundamental, como a recente campanha liderada pelo MEC - "Toda Criança na Escola" -, Lúcio Alcântara disse que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação "tem o grande mérito de desatar histó-

escola pública e a valorização da escola e dos que nela atuam profissionalmente".

Alcântara salientou que a atual greve das universidades federais traduz, entre outros aspectos, a fragilidade da política de ensino superior. "O Brasil não pode, em absoluto, deixar de contar com essas instituições, que respondem, em grande parte, pela pesquisa produzida entre nós, pela formação de docentes que atuam na educação básica, por importantíssimos programas de extensão e pela quase totalidade da rede de hospitais públicos que contamos hoje.



Alcântara: descaso histórico começa a mudar



Tuma e os funcionários, em frente ao estande do Senado na Bienal

Tuma autografa livro na Bienal de São Paulo

Milhares de pessoas visitaram, neste fim de semana, o estande do Senado na 15ª Bienal do Livro de São Paulo. Uma delas foi o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que autografou o livro *Dados Biográficos dos Senadores Paulistas*, que está sendo distribuído gratuitamente aos visitantes da feira. O senador destacou o trabalho da editora da Casa e elogiou a presença da instituição na Bienal, ressaltando os preços baixos das obras publicadas pelo Senado.

Mais de 500 livros da editora da Casa foram vendidos neste fim de semana. Bateria record de venda a Constituição, em livro e em disquete, e o novo Código de Trânsito. Também foram muito procurados o *Manual de Padronização de Textos*, o livro *Mercosul - Legis-*

lação e Textos Básicos, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* e os dois volumes da obra *Legislação do Meio Ambiente*.

Outro sucesso de venda foi o CD-ROM "Legislação Brasileira", cuja utilização está sendo demonstrada nos computadores do estande. O advogado Geraldo Papa, uma das pessoas que adquiriu o produto, afirmou que "os instrumentos de pesquisa do CD-ROM são fantásticos, sendo que toda a legislação vem com links para permitir o acesso a outros verbetes".

Quanto ao preço de R\$ 65,00 cobrado pelo produto, Papa garantiu que o valor equivale a menos de um quinto do preço do mesmo CD-ROM vendido no mercado.

Senado vai imprimir publicações em braile

A Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado já recebeu os primeiros equipamentos para impressão em braile, por iniciativa do primeiro-secretário da Casa, senador Ronaldo Cunha Lima, e com o apoio do presidente, senador Antonio Carlos Magalhães.

Com o novo maquinário, o Senado vai possibilitar que aproximadamente 12 milhões de brasileiros com deficiência visual possam ter acesso à Constituição federal e a outros livros técnicos que brevemente serão editados e impressos naquela secretaria. Hoje, apenas o Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, e a Fundação Dorina, em São Paulo, editam livros na linguagem para cegos.

Entre os equipamentos adquiridos pelo Senado, estão quatro Index-Impressora Braile para

folha solta e produção de documentos no formato de jornal, permitindo que o trabalho de encadernação fique resumido ao grampeamento do conjunto de folhas. As máquinas imprimem automaticamente, possuem ajuste para papéis de diferentes formatos e sistema de voz em inglês e português. O painel de controle exibe caracteres em braile para perfeita identificação dos comandos. A impressão em alto relevo reproduz textos e gráficos.

Chegaram também duas impressoras Index-Basic, último modelo, para impressão em braile em folha contínua *double side* - impressão frente e verso simultânea à velocidade de 78 caracteres por segundo, e impressora em alto relevo.



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-61-2211.

A ligação é gratuita

Maria de Lourdes Aires, de Brasília, pergunta até quando os adolescentes poderão cometer assassinatos sem ser punidos. E Reinaldo Almeida, de Anápolis, Goiás, pede que os senadores revejam o Estatuto da Criança e do Adolescente, para permitir punições aos menores infratores. Comentam as questões os senadores Romero Jucá (PFL-RR) e Ramez Tebet (PMDB-MS). Jucá é o autor de uma proposta de emenda à Constituição que permite a punição de maiores de dezesseis anos que praticarem crimes violentos. E Tebet é o relator dessa emenda e de mais três propostas semelhantes na Comissão de Constituição e Justiça da Casa.



Jucá vê jovem consciente

Romero Jucá: Apresentei essa proposta há mais de um ano e meio, por entender que, hoje, o jovem de dezesseis anos sabe o que faz, tem plena consciência da realidade, é bem informado e tem uma formação intelectual diferente dos adolescentes de 40 anos atrás.

Temos visto e a imprensa tem noticiado, freqüentemente, crimes bárbaros cometidos por jovens de 16, 17 anos, como, por exemplo, o assassinato de uma estudante em Brasília que, depois, teve seu corpo queimado. Vemos também que o tráfico de drogas tem utilizado adolescentes de 16, 17 anos, devido à impunidade dos crimes praticados por eles. Portanto, a emenda constitucional de minha autoria tem o cuidado de

restabelecer a consciência de que quem tem essa idade precisa ser punido se cometer algum tipo de crime. Essa deve ser a resposta do Congresso à onda de violência que assola o país.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também precisa ser revisto. Ele foi criado com a intenção de proteger a infância e a adolescência, mas não se pode criar um sistema de impunidade, permitindo que pessoas matem, trafiquem drogas e façam uma série de barbaridades impunemente apenas porque ainda não completaram 18 anos.

Depois de aprovada essa emenda, o passo seguinte é a revisão do Código Penal brasileiro.

Ramez Tebet: Em primeiro lugar, tudo isso é reflexo de uma onda de violência que cresce assustadoramente no país e que se procura evitar através de várias formas, entre elas mudanças na legislação. Mas, na minha opinião, essas alterações são insuficientes para eliminar a violência, seja na área urbana, seja na área rural. No Brasil, costuma-se discutir ou tratar as conseqüências dos problemas, sem antes procurar eliminar suas causas sociais, como a miséria, o desemprego e a falta de acesso à educação.

No caso específico, há emendas constitucionais que procuram reduzir a responsabilidade penal de 18 para 16 anos, matéria altamente controversa no contexto da sociedade brasileira. As organizações se dividem quanto a um assunto de tamanha relevância e que, sem nenhuma dúvida, tem causas profundas. Por isso, por meio de audiências públicas, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado vai ouvir os vários segmentos da sociedade, especialmente as autoridades que lidam com as crianças e os adolescentes.

Acredito que é preciso analisar bem se devemos permitir que um adolescente de 16 anos vá para a cadeia junto com criminosos adultos, em presídios superlotados. Questiono se isso resolveria, realmente, o problema da criminalidade.



Tebet pede amplo debate

Acho que o adolescente de 16 anos tem condições de discernir entre o bem e o mal, mas os jovens de 14, e até de 12 anos também têm essa capacidade. Portanto, talvez não seja esse, o critério cronológico, o princípio ideal para resolver o problema da violência que está aumentando terrivelmente no Brasil. Destaco, também, que, depois de estudar a experiência de países que estabeleceram a responsabilidade penal a partir de 12 anos, verifiquei que essa determinação não teve reflexos na redução da violência nessas nações.

Estou convicto de que o mais importante é proteger os menores, fazendo cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, que considero matéria de Primeiro Mundo. É preciso acabar com as causas sociais da violência, eliminando as injustiças sociais e as desigualdades que existem no país e, ainda, contribuindo efetivamente para tornar a legislação mais eficaz.

Quero lembrar, ainda, outro dado fundamental: 75% dos adolescentes que cometeram algum tipo de infração estão em estabelecimentos que não cumprem sua finalidade, não oferecendo, sequer, o curso fundamental a esses menores. Essa é mais uma razão para que um assunto como esse não seja analisado com rapidez e sem um estudo metucloso, ouvindo todos os segmentos da sociedade e incentivando governo e sociedade a colaborar efetivamente na solução desses graves problemas sociais.

Compradores de casa própria, considerada como bem especial, ficam de fora da nova regra

Projeto de Campos disciplina cadastro de devedores em atraso

Projeto de lei, apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), disciplina o direito de as empresas incluírem no Cadastro de Proteção ao Crédito os nomes dos devedores em atraso. A proposta determina explicitamente, no entanto, a exclusão dessa relação dos nomes dos mutuários da casa própria com débitos em atraso, considerando a "natureza social e especial" dessas dívidas. De caráter terminativo, o Projeto 93/98 será apreciado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Em sua proposta, o parlamentar estabelece que "os atrasos no pagamento das prestações contratuais poderão ser registrados no Cadastro de Proteção ao Crédito (SPC/CDL) para efeito de inclusão no rol de devedores duvidosos". Para o uso dessa faculdade, no entanto, "as empresas comerciais e de serviço incluirão, nos contratos com parcelamento, cláusula irrevogável, definindo a obrigação e a exceção da obrigação, bem como o direito da firma de enviar ao SPC o nome do devedor em mora de trinta dias ou mais".



Campos prevê cadastro único

A exceção são os eventuais débitos em atraso de mutuários da casa própria. Campos entende, em sua proposta, que essa dívida deve ser tratada de outra forma, por ser bem de natureza especial. O projeto autoriza os bancos ou empresas financiadoras de casa própria a organizarem cadastro único de devedores inadimplentes, "com vista à troca de informações e exclusão do sistema de crédito imobiliário". O parlamentar fixa os passos para a execução da dívida imobiliária, ao mesmo tempo, em que determina o direito do devedor inadimplente ter "amplo acesso aos registros em seu nome".

Rocha lamenta conflito de índios com a Funai

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lamentou ontem o conflito envolvendo os índios do município de Oiapoque e a administração da Funai, deflagrado a partir da nomeação de um novo administrador para a área. "Os índios não aceitam a indicação e querem um nome de sua confiança", afirmou Rocha. Para o senador, o problema foi provocado por discordâncias entre o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que indicou o nome do administrador, e o governador João Capiberibe, que não concorda com a nomeação. "Em protesto, os índios destruíram a ponte que liga Oiapoque ao resto do estado, deixando o município isolado", relatou o senador.

Sebastião Rocha pediu a inter-

venção do presidente da Funai, Sullivan Silvestre, para resolver a situação. "que prejudica não apenas as populações indígenas, mas também os demais moradores da região". Ele disse que a crise não combina com a história do estado do Amapá, que registra uma tradição pacífica na questão indígena, inclusive com todas as suas reservas demarcadas.

DIA DA MULHER

Lembrando o Dia Nacional da Mulher, a ser comemorado em 7 de maio, Rocha homenageou a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), que foi considerada pelo Conselho Nacional das Mulheres do Brasil uma das dez mulheres que mais se destacaram em 1997.

Senador elogia a iniciativa dos presidentes de federações de indústrias do Centro-Oeste e mais três estados do Norte de estabelecer um grande foro para o desenvolvimento regional

Mauro apóia criação do Mercoeste

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apoiou o surgimento do Mercoeste, iniciativa dos presidentes de federações de indústrias dos estados do Centro-Oeste e mais três unidades do Norte do país, com o objetivo de criar "um grande foro em prol do desenvolvimento da região". Empenhado em propiciar o encontro das lideranças da sociedade civil e da representação política dessas unidades, acrescentou o parlamentar, o Mercoeste já está sendo estruturado pelo grupo fundador. Um grande seminário sobre o mercado do Centro-Oeste está programado para a segunda quinzena de outo-



Mauro anuncia seminário

bro, nas dependências do Senado Federal.

Formado pelo Distrito Federal e mais os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Acre e Rondônia, o

Mercoeste pretende operar como fórum de debates e propostas para gerar um projeto de desenvolvimento integrado na região, que deverá ser viabilizado junto ao Congresso Nacional, ao governo federal e às instituições nacionais e internacionais de crédito, explica Mauro Miranda. Para tanto, o grupo fundador está formando um núcleo técnico encarregado de elaborar a proposta de desenvolvimento da região Centro-Oeste, que, em articulação com a Secretaria de Políticas Regionais do governo federal, seria tema de debate no seminário planejado para outubro.

Os fundadores do Mercoes-

te decidiram, ainda, trabalhar em outras três linhas de ação, acrescentou o senador. A articulação e mobilização das lideranças políticas das unidades que compõem o grupo, em favor da liberação dos recursos federais já destinados à região pelo Orçamento Geral da União e pelo Plano Plurianual, bem como por programas, projetos e atividades do governo federal, é uma delas. Articular os governos dessas unidades da Federação para garantir as contrapartidas estaduais é outra. A terceira é a organização de um Comitê Dirigente do Grupo dos Sete, que deverá ser o braço executivo do Mercoeste.



Machado: "legislador exemplar"

Machado recorda Lucena

A trajetória política e humana de Humberto Lucena (PMDB-PB) foi destacada pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), frisando que o senador paraibano, nas duas vezes em que ocupou a presidência do Senado e nas cinco vezes em que exerceu a liderança de seu partido, o PMDB, deu mostras de grande capacidade de comando e articulação.

Sérgio Machado lembrou que Lucena teria completado 70 anos no dia 22 de abril. "Quero registrar, mais uma vez, meu profundo pesar pelo desaparecimento desse legislador exemplar, que por mais de 43 anos serviu ao país", salientou. Para ele, a firmeza de Lucena foi decisiva na época da formação da CPI do Orçamento, que culminou com o afastamento de vários parlamentares. "A pressão para que a comissão não fosse formada era muito forte. Mas Humberto Lucena, coerente com toda uma vida ilibada, não vacilou em momento algum, e o Parlamento saiu engrandecido daquele episódio", comentou.

Dívida de Rondônia preocupa Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) analisou ontem, em discurso no plenário, o endividamento de Rondônia, afirmando que o povo daquele estado vem sendo injustamente punido com uma dívida de R\$ 502,4 milhões - valor do prejuízo apurado no Banco do Estado de Rondônia (Beron) em 31 de dezembro de 1997. Na opinião do parlamentar, esse resultado negativo é de responsabilidade do Banco Central, porque foi registrado no período em que o Beron esteve sob

intervenção.

"O povo de Rondônia não participou desse endividamento nem foi beneficiado por ele", disse Amorim, sustentando que o Senado deveria ter analisado melhor a resolução que permitiu ao estado de Rondônia celebrar contrato de abertura de crédito com a União para cobrir o prejuízo do Beron. Conforme o parlamentar, a dívida será paga em 30 anos e Rondônia repassará mensalmente cerca de R\$ 3,9 milhões para quitá-la. Com

esse valor mensal, frisou, o estado poderia cobrir 40 quilômetros de asfalto ou construir 10 grandes escolas. Observando que nem todos os senadores têm a experiência de técnico em finanças, Amorim disse que a melhor coisa que o Senado faria seria passar a responsabilidade da autorização desse tipo de endividamento para a área econômica. "Assim, o meu estado estaria livre desse prejuízo", verificou o parlamentar, afirmando que seus netos já nascerão endividados.

- Se eu chegar ao governo, a primeira coisa que farei será mandar suspender essa dívida, para saber quem são os verdadeiros responsáveis - avisou



Amorim acha a dívida injusta

o senador.

Observando que o governador de Rondônia é constantemente denunciado por atos de corrupção, ele questionou ainda se compensa a seu partido, o PPB, apoiar o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o dr. Antônio Emanuel Silva, professor de Infectologia da UnB, sobre a dengue, a tuberculose e a Aids
8h - Mulheres em Debate com a sen. Júnia Marise (PDT-MG) e a dep. Telma de Souza (PT-SP) sobre a participação das mulheres na política
9h30 - Entrevista com o dr. Antônio Emanuel Silva, professor de Infectologia da UnB, sobre a dengue, a tuberculose e a Aids
10h - Comissão de Assuntos Econômicos - apreciação do projeto de lei que trata dos jogos de azar
14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo)
Logo após: Comissão de Relações Exteriores - audiência pública para indicação dos diplomatas Stélio Marcos Amarante e Ricardo Carvalho do Nascimento

Borges para exercerem os cargos de embaixadores junto à República da Bolívia e à República do Senegal, respectivamente
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - Sessão plenária (reapresentação)
0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
0h40 - "Senado em Pauta"
1h - Agenda Econômica com o sen. Jefferson Péres (PSDB-AM), deputado federal Paulo Lustosa (PMDB-CE) e repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a reforma tributária
2h - "Jornal da Amazônia"
2h15 - "Senado em Pauta"
2h30 - "Fala, Cidadão"
6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
14h15 - "Plenário em Revista"
14h30 - Sessão plenária
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
0h - Retransmissão da sessão plenária
4h - Música e informação até as 7h30

Ao comentar declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o assunto, senadora do PT do Rio diz que ainda é muito pequeno o número de negros que ocupam postos relevantes na administração federal

Benedita quer mais negros no governo

Ao comentar as opiniões do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre os negros no Brasil, expressas na revista *Veja* desta semana, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) lamentou a ausência de negros e de mulheres no ministério ou em cargos relevantes do governo, apesar da imagem de competência e seriedade que FHC diz ter desses grupos.

Há iniciativas importantes como a Fundação Palmares e o grupo interministerial que está trabalhando sob a presidência de Hélio Santos, que talvez possa propor medidas concretas para comemorar o dia 13 de maio, data da libertação dos escravos, liberda-



Benedita apóia sistema de cotas

de essa que ainda não veio para tantos milhares de negros no Brasil - afirmou ela.

Benedita considerou equivocada a opinião de FHC sobre

o sistema de cotas para os negros. "Embora não seja contrário à idéia, o presidente julga que a sociedade brasileira não aceitará a adoção do sistema que garante vagas para negros em universidades e postos de trabalho. Não concordo. Ele não encontraria oposição a essa medida porque todos reconhecem haver uma exclusão racial e social do negro no Brasil que ficaria menos grave com esse instrumento de proteção de direitos."

Para Benedita, está correta a observação do presidente Fernando Henrique sobre a falta de tradição dos partidos de esquerda em colocar o combate à discriminação contra o negro entre os seus obje-

tivos programáticos. "Mas o PT é uma exceção. No interior do partido, o problema do negro é considerado chave. Não é coincidência serem petistas quase todos os representantes negros no Congresso brasileiro", observou.

Ela demonstrou satisfação com a presença de Pelé na equipe do presidente Fernando Henrique e também com a existência de diplomatas negros no Itamaraty. "Mas queremos mais, queremos negros na televisão e na propaganda institucional do governo. Quem sabe assim acabaremos com os elevadores de serviço para onde são relegados os negros e também os pobres", concluiu a senadora.

Senadora festeja ONG que trata da questão racial

Ao comemorar o décimo aniversário do Instituto da Mulher Negra - Geledés -, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) enfatizou ontem a relevância de suas realizações. "Essa verdadeira ONG negra enfrenta o problema de marginalização dos jovens com programas de formação política e profissional. Combate o abuso de poder promovendo a indenização de vítimas de racismo e da violência sexual. E, na área da saúde, luta pelos direitos das vítimas de doenças genéticas de maior incidência na população negra", informou.

Para Benedita, o Geledés vem pondo em prática a estratégia de dar visibilidade ao problema racial no Brasil, sensibilizando governos e sociedade para a discussão dos motivos que levam à exclusão das populações pobres e discriminadas no mundo. "Assim, vem se tornando ponto de referência para outras ONGs do Brasil e da América Latina", destacou.

A senadora afirmou que, em dez anos de trabalho, o Geledés impulsionou o debate político sobre a necessidade de adoção de políticas públicas para a concretização do princípio de igualdade de oportunidades para todos e levantou o debate sobre a questão da mulher negra como um aspecto fundamental dos problemas da sociedade brasileira.

Benedita da Silva explicou que Geledés é uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso, existente nas sociedades tradicionais africanas, que expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade.

Inspirado nessa tradição, o instituto tem combatido o racismo e o sexismo, e trabalhado pela valorização das mulheres negras e da comunidade negra em geral. Um ciclo foi cumprido nesses dez anos, avançando na discussão desses temas na sociedade brasileira", ressaltou.

Cabral elogia centrais sindicais do Amazonas

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou ontem que várias entidades sindicais em seu estado têm auxiliado na luta contra o desemprego. O senador antecipou tema do discurso que profere hoje sobre iniciativas da Força Sindical e da Central Única dos Trabalhadores no Amazonas.

Cabral falará sobre as análises dos presidentes dos sindicatos dos metalúrgicos e dos trabalhadores nas indústrias, ligados às duas centrais sindicais. Citou nominalmente o presidente da Força Sindical no estado, Carlos Lacerda, que lhe encaminhou um elogiado expediente.

Ele demonstra que o país pode caminhar desde que a análise seja feita em termos construtivos e não com emoção, mas com razão - afirmou Cabral.

O senador lembrou que, ao contrário da região Nordeste, que sofre com a seca, o Amazonas tem água em exuberância. Mesmo assim, enfrenta igual desemprego. Cabral observou que, antes de apresentar seu discurso ao plenário, irá



Cabral: "problema sério"

encaminhar ao ministro do Planejamento, Paulo Paiva, os números do desemprego no Amazonas.

Ele foi ministro do Trabalho e poderá juntar com sua experiência de ontem e seu trabalho de hoje uma matéria que contribua para resolver este problema sério - disse o senador.

Por fim, Bernardo Cabral lembrou que todas as convulsões sociais já ocorridas no mundo não teriam acontecido não fosse a presença de pelo menos um dos três itens seguintes: a fome, o desemprego ou a injustiça social.

Desemprego é a tônica de homenagens ao Dia do Trabalho

O Senado marca a passagem do dia 1º de maio dedicando parte da sessão de hoje para discursos em homenagem aos trabalhadores brasileiros. Com início marcado para as 14h30, a comemoração foi solicitada pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS).

Além de Emília, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) está inscrito para falar. As altas taxas de desemprego são uma preocupação comum aos dois parlamentares na passagem do Dia do Trabalho. Segundo dados do IBGE, o número de trabalhadores desempregados já é recorde para a década de 90.

Para Rocha, neste ano, não há o que comemorar. "Assistimos ao desemprego crescente, diante da inércia do governo em promover as condições necessárias para a criação de novas vagas", afirmou. O senador também preocupou-se com o valor do salário mínimo, recentemente fixado em R\$ 130. "O governo não cumpriu o que prometeu. O salário mínimo pode ter dobrado em termos nominais, mas, em valores reais, isso não aconteceu", afirma.

A greve nas universidades federais também receberá atenção de Rocha. Segundo ele, os professores estão sendo desvalorizados pelo governo Fernando Henrique Cardoso, juntamente com os demais servidores públicos, que não têm qualquer reajuste salarial há mais de três anos.